

BRIDGES NETWORK

# PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 8, NÚMERO 4 - JULHO 2012



## O que levaremos da Rio+20?

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A era do multilateralismo multi-institucional

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NA OMC

O Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC e os países da América Latina

POLÍTICA COMERCIAL

A “mão visível” que incomoda: o TPR da China



International Centre for Trade  
and Sustainable Development

# PONTES

VOLUME 8, NÚMERO 4 - JULHO 2012

## PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

## ICTSD

**International Centre for Trade and Sustainable Development**  
Genebra, Suíça

### EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

### EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

### EDITORES

Adriana Verdier

Michelle Ratton Sanchez Badin

Manuela Trindade Viana

Bruno Varela Miranda

### ASSISTENTES DE EDIÇÃO

Ana Carolina Netto

Tatiana Mello Pereira da Silva

### DESIGN GRÁFICO

Flarvet

### LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch)

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

## POLÍTICA COMERCIAL

- 4 **A "mão visível" que incomoda: o TPR da China**

## SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NA OMC

- 7 **O Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC e os países da América Latina: quebrando mitos e rompendo barreiras**  
*Raúl Torres Troconis*

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 12 **A era do multilateralismo multi-institucional**  
*Luiz Fernando do Amaral*

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 14 **A centralidade da ciência para um mundo sustentável**  
*Leonardo Fontes*

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 17 **Balanço da Rio+20: uma perspectiva mobilizatória**  
*Paula Collet*

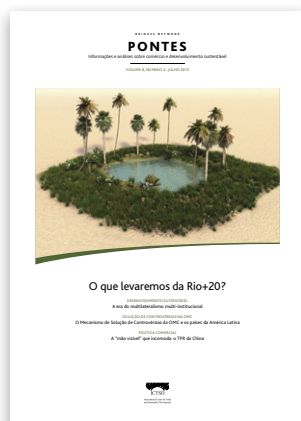
## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 20 **As conexões entre comércio, produção e consumo: uma abordagem a partir da Rio+20**  
*Marianne Schaper*

- 26 **Informações úteis**

- 27 **Publicações**

## O futuro que queremos?



*A declaração final da Rio+20 deixa uma série de dúvidas. A principal delas talvez seja: estaremos preparados para oferecer respostas institucionais que acompanhem a velocidade das transformações provocadas pela interferência humana no meio ambiente? Para além disso, é necessária uma reflexão acerca do modelo adotado atualmente para a discussão de temas de interesse multilateral. A paralisia nas negociações da Rodada Doha e a considerável dificuldade de obtenção de avanços na agenda ambiental nos obrigam a pensar em alternativas.*

*Este número do Pontes oferece uma série de análises que buscam interpretar os resultados da Rio+20, partindo dos mais variados setores da sociedade. Representando o governo do Brasil, contribui Leonardo Fontes; uma organização não governamental, Paula Collet; uma associação setorial, Luiz Fernando do Amaral. Finalmente, Marianne Schapper oferece a perspectiva de uma pesquisadora diretamente envolvida com o trabalho de organizações internacionais. O objetivo de todos esses artigos é oferecer uma perspectiva sobre o legado deixado pela Conferência.*

*Ademais, esta edição do Pontes apresenta dois artigos dedicados ao sistema multilateral de comércio. O editorial apresenta as principais conclusões do Exame de Políticas Comerciais da China, discutindo a sua repercussão. Na sequência, Raúl Torres analisa a participação dos países da América Latina no Mecanismo de Solução de Controvérsias da Organização Mundial de Comércio.*

*Resultado de uma ampla reestruturação das publicações do ICTSD, o Pontes que chega até você, prezado(a) leitor(a), busca não apenas tornar a sua leitura mais agradável, como também aumentar a sua interação com a equipe editorial. Por isso, gostaríamos de convidá-lo(a) a opinar sobre as mudanças aqui apresentadas, além de comentar as notícias publicadas no [site do Pontes](http://site.do.Pontes). Caso queira nos escrever um e-mail, o endereço é [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch).*

*Esperamos que aprecie a leitura.*

*A Equipe Pontes*

## POLÍTICA COMERCIAL

# A “mão visível” que incomoda: o TPR da China

*O TPR sobre a China revela a complexa relação deste país com os demais membros da OMC. O mesmo governo que é saudado por adotar medidas importantes no combate à crise econômica é criticado por conceder incentivos exagerados às suas empresas. À luz dessa tensão, este artigo apresenta as principais conclusões do TPR.*

Entre os dias 12 e 14 de junho, ocorreu em Genebra a reunião do Órgão de Revisão de Política Comercial (TPR, sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a China. O Órgão avalia regularmente as práticas adotadas por cada um de seus membros. Essa periodicidade varia segundo a participação relativa desses países no comércio internacional: a China, a exemplo de Japão, Estados Unidos e União Europeia (UE), passa pelo TPR a cada dois anos. Outros 16 membros – entre os quais o Brasil – têm suas políticas comerciais avaliadas a cada quatro anos; e o restante dos países, a cada seis anos.

Discutir as principais objeções à ação do governo chinês na área comercial constitui o objetivo do presente artigo. A China é o 2º maior exportador e o 3º maior importador de bens e serviços do mundo. Não por acaso, a condução de seu TPR desperta tamanho interesse entre os membros da OMC. Trata-se de uma oportunidade para a vocalização de eventuais críticas a um país que não raramente é acusado de desrespeitar as regras multilaterais e, com isso, obter vantagens comerciais.<sup>2</sup>

Por outro lado, a China tornou-se parte incontornável de uma eventual solução para o impasse econômico atual. Seja por seus recursos financeiros, seja por sua voraz demanda por produtos, a sociedade chinesa há muito deixou de aceitar passivamente os rumos traçados pelos debates multilaterais. Ao mesmo tempo, a opção pelo isolamento, objetivo perseguido pela China em outras épocas históricas, é inviável na atualidade. A interdependência implica questionamentos ao modelo de desenvolvimento adotado pelo governo chinês.

## Entre elogios e críticas

O TPR reflete a complexa relação da China com os demais membros da OMC. O texto elogia as políticas adotadas pela China em resposta à crise financeira global, citando os estímulos fiscais e a abordagem prudente em matéria monetária. O seu contínuo crescimento econômico é igualmente saudado. Por fim, o presidente do Órgão de TPR lembra que a diplomacia chinesa tem contribuído para realçar a importância do “desenvolvimento” para a retomada da Rodada Doha e, além disso, tem trabalhado intensamente para promover a cooperação Sul-Sul e a concessão de benefícios aos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs).

Críticas não faltaram à China, no entanto. O TPR identifica práticas que, aos olhos de outros países membros, revelam importantes desvios do governo chinês. Os diplomatas estadunidenses e os europeus, por exemplo, expressaram preocupação com uma suposta mudança na orientação da política comercial da China. Mais especificamente, o temor é de que o país não apenas tenha freado as reformas liberalizantes, mas também tenha optado por reverter algumas das políticas adotadas anteriormente. Tal posição foi energicamente combatida pelo ministro adjunto de Comércio da China, Yu Jianhua, quem enfatizou que retrocessos seriam altamente prejudiciais à economia do país.

Em uma objeção mais profunda, os Estados Unidos alegaram que o governo chinês estaria intensificando a intervenção da economia, fomentando uma espécie de “capitalismo de Estado”. O comentário irritou a diplomacia chinesa, que pediu que as discussões se limitassem a temas diretamente relacionados aos princípios do sistema multilateral de comércio. Conforme argumentou Jianhua, não existem, nos textos legais da OMC, referências ao termo “capitalismo de Estado”, o que torna a crítica despropositada.

Em 2011, os produtos mecânicos e elétricos responderam por 53% da pauta de exportação chinesa. Os produtos de alta tecnologia, por sua vez, representaram 27% do total vendido pelo país.

A participação do Brasil no TPR fornece mais um exemplo dessa complexa relação da China com os outros integrantes do sistema multilateral de comércio. Embora tenha questionado diversas práticas do país asiático, a diplomacia brasileira evitou criticá-lo diretamente. O embaixador do Brasil na OMC, Roberto Azevedo, reconheceu que a rápida penetração de produtos chineses em diversos setores industriais – como o têxtil – gera preocupação. Lembrou, entretanto, que ambos os países são parceiros na atualidade, trabalhando juntos para a solução desses problemas e para a diversificação do comércio bilateral. A referência não é casual: apenas alguns dias após a finalização do TPR, a visita do primeiro-ministro chinês Wen Jiabao ao Brasil e a assinatura de diversos acordos demonstram o considerável grau de interdependência entre os dois países.

#### **Subsídios e propriedade intelectual: alvos de críticas**

Uma das principais preocupações dos membros da OMC diz respeito ao nível de subsídios concedido pelo governo chinês nos últimos anos. O TPR salienta que a assistência estatal constitui um instrumento central das políticas comercial e industrial da China. Além disso, o texto recorda que, embora o país tenha listado os programas de auxílio disponibilizados pelo governo central entre 2005 e 2008, não apresenta informações específicas acerca dos recursos utilizados em boa parte dos casos. Ações adotadas no nível provincial, importante elemento da gestão pública chinesa, tampouco são descritas. Em resumo, a política de subsídios da China é, até o momento, rodeada de incertezas.

O relatório do TPR evidencia a falta de informações sobre inúmeros aspectos do cotidiano econômico da China. Além da já citada inexistência de dados públicos acerca dos subsídios concedidos pelo governo, estatísticas relativas a gastos com compras governamentais não são disponibilizados. Outra questão polêmica é a suposta falta de clareza no estabelecimento dos critérios utilizados pelo país para a adoção de medidas *antidumping*, ou, ainda, as barreiras técnicas e fitossanitárias impostas pelo governo chinês. Estes são tópicos já lembrados em TPRs anteriores, como o de 2008, que critica a complexidade dos procedimentos de inspeção técnica e fitossanitária na China.

Não é apenas o grau de apoio do governo, porém, que preocupa alguns dos competidores da produção chinesa no mercado internacional. A capacidade do Estado de garantir regras estáveis e transparentes em temas como a proteção de propriedade intelectual igualmente levantam suspeitas. Por um lado, o documento submetido pela China à OMC lembra que os avanços obtidos na legislação nacional nos últimos trinta anos equivalem a um processo que, nos países desenvolvidos, durou séculos. Por outro, os avanços apresentados foram considerados insuficientes por outros membros do sistema multilateral de comércio, em especial os Estados Unidos e a UE. Ambos consideram que os altos níveis de violação dos direitos de propriedade intelectual na China refletem a inexistência de um ambiente institucional capaz de punir os infratores.

#### **Proteção ao meio ambiente: distorções ao comércio?**

Desde meados da década passada, é crescente o número de iniciativas da China na área ambiental. O país busca consolidar a posição de líder na produção de energias renováveis, ao mesmo tempo em que estabelece regras mais estritas para diversos setores da economia. Tal esforço de tornar a economia local mais “verde”, entretanto, vem acompanhado de inúmeras polêmicas.

Em primeiro lugar, a restrição à exportação das chamadas terras raras, merecedora de atenção especial no TPR, motivaram uma resposta conjunta de Estados Unidos, Japão e UE na OMC. Enquanto os chineses argumentam que essas regras são necessárias para proteger os recursos naturais e preservar o meio ambiente, os membros contrários à medida alegam que a medida prejudica a competitividade de suas empresas, por limitar o acesso a recursos fundamentais para diversos processos industriais.

Os argumentos apresentados pelo governo chinês são vistos com ceticismo pelos participantes do sistema multilateral de comércio. Já em 2008, o TPR da China alertava para os questionáveis benefícios ambientais derivados das restrições às exportações. Segundo o documento apresentado à época, tais barreiras influenciavam unicamente o



local de processamento e consumo dos bens indicados pela China. Afinal, as restrições às exportações contribuem para a redução dos preços domésticos de inúmeros insumos, o que alimenta a demanda interna.

Os estímulos à produção de energia solar e eólica, da mesma forma, são tema de constantes críticas do governo estadunidense, que acusa a China de desrespeitar patentes e oferecer altos níveis de ajuda à indústria nacional. Independentemente das críticas à excessiva ingerência do governo chinês na economia, a preocupação com a questão ambiental é crescente no país. A fixação de um imposto especial sobre o valor de venda do petróleo e do gás natural explorados no país e o relaxamento das regras para a transferência de tecnologia e para os limites de propriedade em setores ligados a inovações verdes, citados no TPR, são elementos que apontam para essa direção. Em todos os casos, é notável a presença do governo na concessão de incentivos para o florescimento ou o encolhimento de setores industriais.

**Tabela 1: Exportações de bens e serviços da China (% do PIB)**

1980	11%
1990	16%
2000	23%
2010	30%

Fonte: Banco Mundial

### Considerações finais

Com metas ambiciosas e um grau considerável de presença estatal na rotina econômica, a China chama a atenção pelo constante crescimento de seu produto interno bruto (PIB). As políticas utilizadas para atingir tal fim, entretanto, têm gerado inúmeras críticas: conforme mostra o último TPR sobre o país, diversos membros da OMC estão incomodados com o que consideram ser uma participação exagerada e pouco transparente do governo chinês na concessão de incentivos aos agentes econômicos ali baseados.

É importante salientar que o mesmo governo criticado por conceder subsídios e permitir a quebra de patentes oferece respostas elogiadas para a crise global. Além disso, a participação estatal na rotina econômica constitui a regra em todas as sociedades capitalistas; as variações correspondem ao grau de intervenção e as atividades desempenhadas em cada caso. Assim, atualmente, a convivência de modelos de desenvolvimento distintos pauta as negociações, incorporando novas características e desafios ao sistema multilateral de comércio. Nesse contexto, o TPR da China representa um dos momentos em que as disparidades entre as visões de mundo dos membros da OMC são reveladas.

❶ Tanto o TPR da China quanto o texto entregue pelo país para descrever as suas práticas comerciais são encontrados em [http://www.wto.org/english/tratop\\_e/tpr\\_e/tp364\\_e.htm](http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp364_e.htm). Já a descrição completa das perguntas e respostas dadas ao longo do encontro será disponibilizada em finais de julho.

❷ Entre 2001 e 2010, a China participou de 115 das 207 disputas iniciadas pelo Órgão de Solução de Controvérsias. Pablo Bentes oferece uma avaliação da atuação chinesa no sistema de solução de controvérsias da OMC. Ver: Pontes, Vol. 7, No. 3, disponível em: <http://ictsd.org/news/pontes/?volume=7&number=3>

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NA OMC

# O Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC e os países da América Latina: quebrando mitos e rompendo barreiras .

Raúl Torres Troconis

*Neste artigo, o autor sustenta que os países da América Latina têm logrado contornar alguns dos obstáculos à sua participação no mecanismo de solução de controvérsias da OMC. Tais esforços estão relacionados tanto a capacitação como a reformas institucionais e têm sido verificados de forma heterogênea na região. O autor conclui que os países latino-americanos não são simples seguidores das tendências no uso do referido mecanismo.*

Uma das principais conquistas da Rodada Uruguai foi garantir que as decisões do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) fossem de cumprimento obrigatório para os países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) e adotadas segundo o princípio do consenso negativo. Na prática, passou-se de um conjunto de decisões arbitrais *ad hoc* no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT, sigla em inglês) para um espaço normativo funcional, dotado de práticas e uma jurisprudência coerentes, e que apresenta um volume de decisões sem paralelo no âmbito do direito internacional. O mecanismo de solução de controvérsias (MSC) é especialmente importante para os países em desenvolvimento (PEDs) já que, em um sistema de normas, são os fundamentos jurídicos que determinam o desfecho de uma disputa, e não a vontade dos países com maior poder econômico.

Tabela 1: Participação dos países da América Latina no MSC

Membro	Demandante	Demandado	Terceira Parte
Brasil	25	14	64
México	21	14	55
Argentina	15	17	31
Chile	10	13	26
Guatemala	8	2	20
Honduras	7	0	16
Colômbia	5	3	29
Costa Rica	5	0	15
Panamá	5	1	6
Equador	3	3	14
Perú	3	4	10
El Salvador	1	0	12
Nicarágua	1	2	10
Uruguai	1	1	5
Venezuela	1	2	16
Bolívia	0	0	1
Cuba	0	0	13
República Dominicana	0	7	4
Paraguai	0	0	15
TOTAL	111	83	194

Fonte: Elaborada pelo autor

A Tabela 1, baseada nas estatísticas da OMC até setembro de 2011, oferece um panorama da participação dos países da América Latina no MSC, inclusive como terceira Parte em alguma disputa. Conforme revelam os dados, todos os países da região atuaram de alguma maneira no MSC. Bolívia, Cuba e Paraguai, porém, participaram apenas como terceira Parte.

**Tabela 2: Participação dos países da América Latina no OSC (índice ponderado sobre a participação no total de exportações mundiais)**

Membro	Consultas solicitadas	Participação em disputas	Participação nas exportações	Índice de Participação
Honduras	7	1,55	0,04	37,45
Guatemala	8	1,77	0,05	34,78
Nicarágua	1	0,22	0,01	15,38
Costa Rica	5	1,10	0,09	12,76
Panamá	5	1,10	0,10	10,96
Argentina	15	3,31	0,41	8,02
Equador	3	0,66	0,09	7,59
Chile	10	2,21	0,35	6,28
Brasil	25	5,52	0,97	5,71
El Salvador	1	0,22	0,04	5,57
Colômbia	5	1,10	0,20	5,42
Perú	3	0,66	0,14	4,77
Uruguai	1	0,22	0,05	4,58
México	21	4,64	1,91	2,43
Venezuela	1	0,22	0,39	0,56

Fonte: Elaborada pelo autor

Os resultados levam a conclusões interessantes. Em primeiro lugar, constata-se que Guatemala e Honduras apresentam uma participação no MSC bastante superior à participação nas exportações totais dos membros da OMC. Entre os países da região, a Venezuela é o único que utiliza o MSC menos do que o seu nível de exportações sugeriria. Outro caso interessante é o México, principal exportador da América Latina, que, embora tenha um total de 21 solicitações de consulta, possui um baixo índice de participação no MSC. A principal conclusão geral é que os países da América Latina, seja como demandantes ou demandados, possuem um nível de participação no MSC superior ao esperado dado o peso relativo da região no comércio mundial. Dessa maneira, é pertinente pensar que os membros da OMC na América Latina foram capazes, em grande medida, de contornar os obstáculos à participação dos PEDs no MSC. Tais desafios são analisados a seguir.

### **Obstáculos à participação dos PEDs no MSC**

A seguir, busca-se analisar como os países latino-americanos têm lidado com os obstáculos que restringem a capacidade de os PEDs recorrerem ao MSC. O artigo escrito por Hunter Nottage, intitulado "Developing Countries in the WTO Dispute Settlement System"<sup>2</sup> é particularmente útil para identificar quais são os obstáculos reais ou percebidos. São seis os obstáculos identificados por Nottage, os quais são discutidos a seguir.

#### *i) Falta de expertise ou de capacidade para litigar na OMC*

A falta de capacidade para litigar na OMC por parte dos PEDs tem sido aliviada pelo Centro de Assessoria Jurídica em Assuntos da OMC (ACWL, sigla em inglês). O ACWL foi criado em 2001 para dar apoio jurídico aos PEDs em suas atividades na OMC, especialmente na solução de controvérsias. Além de prestar serviços a taxas bastante inferiores àquelas de



Entre 2002 e 2011, o ACWL envolveu-se em 21% das disputas na OMC.

escritórios privados, o Centro estabelece um limite para os custos de assessoria, definido de acordo com a categoria do membro.<sup>3</sup> Para utilizar tais serviços, os PEDs devem ser membros do ACWL, *status* adquirido mediante o pagamento de uma contribuição única, calculada segundo a participação do país no comércio internacional.

Atualmente, 14 países latino-americanos são membros do ACWL: Colômbia, Uruguai e Venezuela na categoria B; e Bolívia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru e República Dominicana na categoria C. A América Latina é a região com mais representantes no Centro – o que talvez explique a alta taxa de participação do MSC.

*ii) Identificação e comunicação de barreiras comerciais ao governo*

O principal problema consiste em informar o governo sobre a medida que constitui um obstáculo comercial, de modo a permitir sua avaliação para determinar se existe ou não violação dos acordos da OMC. Os PDs possuem mecanismos formais para que os exportadores comuniquem as autoridades caso se deparem com uma medida imposta por outro país que restrinja o acesso ao mercado. Os países latino-americanos não apresentam mecanismos semelhantes; a identificação e a comunicação de barreiras comerciais ao governo persistem como problemas reais para a maior parte de países da região.

Contudo, existem mecanismos institucionais informais, como no caso do Brasil, onde se observa a interação da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), o Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) e a Coordenação-Geral de Contenciosos (CGC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE). A experiência do Brasil indica a importância de canais de comunicação entre o setor privado e os governos para potencializar a participação plena no sistema multilateral de comércio – em especial no MSC.

*iii) Temor a pressões políticas ou econômicas por parte dos membros questionados*

O medo de represálias, ao que parece, foi superado há algum tempo nos países da região. Desde as primeiras tentativas, os países latino-americanos mostraram-se pouco reticentes em desafiar os PDs. Uma vez mais merece menção a atuação do Brasil que, além de utilizar o MSC para a defesa de suas exportações, utiliza o mecanismo com o objetivo de fortalecer suas posições nas negociações.

Exemplo disso é o caso do algodão, em que os subsídios agrícolas dos Estados Unidos foram questionados. Ao iniciar a disputa, o Brasil não buscava apenas defender suas vendas de algodão ou de soja no mercado internacional; seu principal objetivo era questionar os subsídios agrícolas estadunidenses, um ponto central das negociações da Rodada Doha. Em sua tentativa de prevalecer no caso do algodão, o Brasil aumentou de forma significativa o seu peso político na OMC, a ponto de, atualmente, ser um dos principais atores na Organização, ao lado de Estados Unidos, União Europeia (UE), China e Índia.

*iv) Duração dos procedimentos*

A percepção de que a duração dos procedimentos do MSC constitui um obstáculo depende do ponto de vista adotado: para o demandante, estes são muito longos, ao passo que, para o demandado, são demasiado curtos para a preparação de uma boa defesa. De qualquer maneira, os países da América Latina encontraram soluções criativas para a questão.

A Colômbia, por exemplo, recorreu aos bons ofícios do diretor-geral no caso da banana. Duas foram as razões alegadas: para os colombianos, este procedimento poderia solucionar mais rapidamente um assunto que já vinha sendo discutido há tempos na OMC, além de permitir a obtenção de uma recomendação concreta para a solução do caso. Todo o processo de bons ofícios durou pouco mais de dois anos, ou seja, um período similar ao de um painel (considerada também a apelação). Uma solução negociada para a controvérsia, entretanto, evitou todo o processo de cumprimento das recomendações do OSC, o que a tornou muito mais eficiente.

v) *Os compromissos que regulam parte do comércio dos PEDs não são exigíveis na OMC*

Parte importante do comércio entre PEDs e PDs é realizada por meio de preferências que não podem ser discutidas no MSC da OMC. Com isso, o uso do mecanismo por parte dos PEDs sofre uma importante limitação. Ademais, boa parte do comércio intrarregional na América Latina e de forma crescente com os Estados Unidos, é feito por meio de acordos regionais que possuem seus próprios mecanismos de solução de controvérsias. O MSC só garante o cumprimento das obrigações adquiridas no marco da OMC, ou seja, contidas nos acordos do sistema multilateral de comércio e nas listas de concessões de bens e serviços de cada membro. Estejam cobertas por derrogações ou pela cláusula de habilitação na OMC, as preferências unilaterais não são compromissos exigíveis no MSC.

Essa situação explicaria a razão de o México possuir uma baixa participação relativa no mecanismo da OMC, tendo em vista que grande parte de suas exportações – cerca de 78% em 2011 – têm os Estados Unidos como destino. Dado que o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês) possui um mecanismo de solução de controvérsias próprio, é possível que a maioria das disputas entre mexicanos e os Estados Unidos não cheguem ao MSC da OMC.<sup>4</sup>

vi) *Incapacidade de implementar as recomendações do OSC*

Um dos obstáculos que tem recebido maior atenção nos círculos acadêmicos e nas discussões na OMC é a suposta incapacidade dos PEDs de garantir o cumprimento das recomendações do OSC, utilizando a retaliação. Vale a pena lembrar, porém, que o histórico de cumprimento das recomendações do OSC é muito bom. Desde o estabelecimento da OMC, houve somente 19 decisões arbitrais – referentes a 9 medidas comerciais distintas – baseadas no artigo 22.6 do Entendimento sobre Solução de Controvérsias (ESC) estabelecendo o nível de suspensão de concessões, ao passo que 17 autorizações do OSC permitiram a adoção de medidas retaliatórias. Os países da região, inclusive o Caribe anglófono, envolveram-se em 6 dos 9 casos – se os contabilizamos por medida violatória – em que a retaliação foi autorizada.

---

*a participação dos países latino-americanos no MSC tem sido não apenas superior àquela apresentada pelos demais PEDs, como também mais significativa que o seu peso relativo no comércio internacional.*

---

Destes casos, três merecem ser vistos detalhadamente. O primeiro membro latino-americano que solicitou autorização para a aplicação de medidas retaliatórias foi o Equador, em sua disputa com a UE pela banana. Antigua e Barbuda viu-se na mesma situação no caso das apostas pela Internet, contra os Estados Unidos. Finalmente, o Brasil também solicitou a aplicação de medidas retaliatórias no caso do algodão contra os Estados Unidos. Os três casos possuem algo em comum: constituem medidas de alta sensibilidade política, por envolverem interesses de atores influentes nos países envolvidos. Dessa maneira, a falta de cumprimento das recomendações do OSC não decorre tanto do perfil dos participantes da disputa, mas sim de seu resultado. Em todos os exemplos apresentados, a efetividade da retaliação não influenciou na decisão do membro derrotado de cumprir ou não com as recomendações.

Em resumo, a impossibilidade de garantir o cumprimento das recomendações da OMC é um impedimento que não tem sido observada na prática, devido ao alto nível de cumprimento até o momento das decisões do MSC. No entanto, as razões teóricas para tais impedimentos são sólidas, e existe uma distância pequena entre a teoria e a prática nesse caso. Por isso, vigilância constante é necessária, a fim de enfraquecer o peso teórico dos argumentos que justificariam tal impossibilidade.<sup>5</sup>

### Considerações finais

Conforme apontado pela análise estatística, a participação dos países latino-americanos no MSC tem sido não apenas superior àquela apresentada pelos demais PEDs, como também mais significativa que o seu peso relativo no comércio internacional. Os países da região foram capazes de encontrar formas de superar obstáculos e impedimentos que, em geral, prejudicam a participação dos PEDs no MSC. O Brasil, em especial, tem utilizado o mecanismo de modo a fortalecer as suas preferências nas negociações. Tal estratégia tem exigido um esforço importante em matéria de capacitação e reforma institucional. Para maximizar os benefícios da participação no MSC, é necessário desenvolver mecanismos internos que permitam ao setor privado comunicar ao governo as barreiras comerciais encontradas para que seja avaliada a conveniência de uma disputa na OMC.

Ademais, é preciso atentar para os fluxos de exportação em direção aos parceiros comerciais do mundo desenvolvido, especialmente quando há preferências envolvidas. O ideal seria que as tarifas consolidadas segundo o princípio da Nação Mais Favorecida (NMF) se aproximassem cada vez mais das preferências, eliminando-as – o que traria maior previsibilidade ao intercâmbio comercial com os PDs. Por outro lado, tal iniciativa nivelaria a competitividade dos PEDs com países anteriormente excluídos das preferências.

A principal conclusão do presente artigo é que os países latino-americanos não são simples seguidores das tendências no uso do MSC. Pelo contrário, encontram soluções inovadoras e formulam argumentos criativos, respeitando os parâmetros estabelecidos pelas normas da OMC. Com isso, a América Latina utiliza plenamente as ferramentas oferecidas pelo sistema multilateral de comércio para defender seus mercados de exportação, fundamentais para a promoção do crescimento econômico.

- 
- ❶ As opiniões expressadas neste artigo são do autor e não representam o ponto de vista oficial da Secretaria da OMC ou de seus integrantes. O autor agradece Joscelyn Magdelaine, Antonia Diakantoni, Julie Pain e Roberta Piermartini por seus valiosos aportes na seção de análise estatística deste artigo. O autor também agradece Gabrielle Marceau, Jorge Castro e Hunter Nottage por seus comentários e pontos de vista. Cabe destacar que qualquer erro deve ser atribuído exclusivamente ao autor. Uma versão mais aprofundada do estudo, em inglês, pode ser encontrada em <http://bit.ly/MyMSy8>.
  - ❷ O artigo em questão pode ser acessado na seguinte página: <http://bit.ly/LBsUBx>.
  - ❸ Na prática, o total cobrado por um serviço se limita a 276.696 francos suíços para membros da categoria A, 207.522 francos suíços para a categoria B e 138.348 para a categoria C.
  - ❹ Ainda assim, 10 das 21 consultas solicitadas pelo México segundo o MSC da OMC foram contra os Estados Unidos.
  - ❺ Hunter Nottage conclui de forma semelhante a sua análise do tema.



**Raúl Torres Troconis**  
Conselheiro na Divisão de  
Desenvolvimento da Secretaria  
da OMC. Mestre pela  
Universidade de Georgetown.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

# A era do multilateralismo multi-institucional.

Luiz Fernando do Amaral

*Este artigo sustenta que o fracasso do multilateralismo interestatal (observado há tempos) coexiste com a emergência de atores subnacionais e do setor privado, como ilustram os inúmeros eventos da Conferência. Neste quadro, o multilateralismo interestatal adquire outra importância: a mobilização de recursos e mídia capaz de elevar a agenda à escala global.*

Encerrada a Rio+20, apesar das críticas de alguns setores ao texto final, o documento trouxe avanços como a criação de um Conselho sobre Desenvolvimento Sustentável de Alto Nível e o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). As tão esperadas Metas do Desenvolvimento Sustentável também entraram no documento. Porém, apenas se iniciou uma longa negociação para definição de compromissos. Em suma, processos foram iniciados, mas o documento não impactará o "mundo real" – ao menos, não no curto prazo.

Isso fez com que muitos apontassem para o fracasso da Rio+20, talvez porque miraram suas análises no lugar errado. O que fracassou – já há muito tempo – foi o sistema multilateral. A falta de resultados conclusivos na rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e no estabelecimento do regime climático pós-2012 são exemplos disso. Acordos vinculantes e ambiciosos em escala global são atualmente quase impossíveis, em grande medida devido ao aumento da complexidade do jogo multilateral, decorrente da emergência de diversos centros de poder. A Organização das Nações Unidas (ONU) e outras organizações internacionais já não são clubes em que muitos participam e poucos decidem. Com mais interesses conflitantes sobre a mesa, crescem as dificuldades de consenso.

Isso não significa que o multilateralismo já não serve para nada. Pelo contrário: conferências que envolvam temas de vanguarda (como mudanças climáticas e sustentabilidade) hoje são muito mais do que meras reuniões governamentais. Quem acompanhou a Rio+20 viu uma infinidade de eventos paralelos, discussões e exposições dos mais diversos segmentos da sociedade civil, do setor empresarial e de governos subnacionais, como prefeituras e estados. Esse fenômeno, que também não é recente, gera consequências importantes.

Ações e compromissos assumidos por esses novos atores tendem a ser mais ambiciosos do que os temas discutidos nos documentos multilaterais. Governos subnacionais são hoje centrais em negociações globais paralelas. Um exemplo é a C40, organização de prefeitos das maiores cidades do mundo, que anunciou compromissos importantes de redução de emissões de gases de efeito estufa.<sup>2</sup>

Atores privados também estão se movimentando. A quantidade de eventos e seminários no Rio, contando não apenas com a presença de técnicos, mas com executivos de alto escalão, foi impressionante. O simples fato de este encontro estar na agenda de CEOs significa alguma coisa. De fato, segundo estudo do PNUMA, em apenas seis anos, os investimentos globais em energia renovável passaram de US\$ 33 bilhões para US\$ 211 bilhões por ano, mesmo com a crise financeira. Hoje, investimentos novos já são maiores em renováveis do que em fósseis.

Nesse novo contexto, estados e prefeituras assinam memorandos e anunciam metas, empresas estruturam certificações internacionais e estabelecem parcerias, organizações da sociedade civil fazem cúpulas e anunciam convênios. Mais importante: interagem também entre eles. É nesse "caldeirão" que vemos os maiores avanços. Um novo multilateralismo está em processo de consolidação: podemos chamá-lo de multilateralismo multi-institucional.

Isso significa, então, que deveríamos acabar com as cúpulas e negociações multilaterais tradicionais? Elas são lentas, cansativas e caras, porém, absolutamente necessárias. Somente governos conseguem mobilizar os recursos e mídia para megaeventos como esse. Apenas a presença de mais de 100 chefes de Estado e governo consegue elevar a agenda para um nível realmente global.

Tudo isso é o combustível que move esse novo multilateralismo multi-institucional. Para o processo continuar a ser aprofundado, enormes conferências globais são necessárias, incentivando, cada vez mais, a participação desses novos atores. Precisamos de combustível renovável também nas relações internacionais.

---

❶ Uma versão deste artigo foi publicada no jornal *O Globo*, de 02 jul. 2012.

❷ Entre outras metas adotadas pela C40 durante a Rio+20, destaca-se o compromisso de reduzir, até 2030, as emissões de gases do efeito estufa em 1,3 bilhão de toneladas. Para mais informações, ver: <http://www.c40cities.org/>



**Luiz Fernando do Amaral**  
Gerente de sustentabilidade da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), conselheiro do Fundo Clima e mestre em Economia Internacional pela Sciences-Po de Paris.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

# A centralidade da ciência para um mundo sustentável

---

Leonardo Fontes

*Este artigo traça um balanço da Rio+20 com foco no papel da ciência, tecnologia e inovação nos debates sobre desenvolvimento sustentável. A análise sustenta que esse tripé deve ocupar posição de destaque nos seguintes eixos: previsão, alerta e prevenção de impactos das mudanças climáticas; e soluções para efeitos do aquecimento global em andamento.*

O documento final aprovado pelas delegações presentes na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) consegue expressar "o futuro que queremos", mas tem sido criticado pela ausência de instrumentos que levem a alcançar esse futuro.

O objetivo deste artigo, entretanto, não é discutir o texto em si, mas discutir os avanços que podemos auferir da Conferência de forma mais ampla, a partir tanto de seus debates oficiais quanto das centenas de eventos e atividades paralelas. Mais precisamente, este artigo lança luz sobre um ponto que deve adquirir relevância nos debates sobre desenvolvimento sustentável: a centralidade que a ciência, a tecnologia e a inovação devem passar a ocupar nas discussões sobre as medidas que devem ser tomadas para prever e dirimir os impactos das mudanças climáticas.

Nesse sentido, a ciência deve ser a ponta de lança em três frentes de ação que devem estar relacionadas entre si, sobretudo com o intuito de preparar o mundo para os desafios vindouros das mudanças climáticas globais.

A primeira frente em que a ciência já vem desempenhando papel fundamental é justamente a previsão e o alerta sobre os impactos que a ação do homem vem imprimindo e poderá imprimir no futuro sobre o clima do planeta. O parágrafo 48 do documento da Organização das Nações Unidas (ONU) deixa claro o espaço já conquistado pela comunidade científica neste campo: "[n]ós reconhecemos a importante contribuição da comunidade científica e tecnológica para o desenvolvimento sustentável. Nós estamos comprometidos a trabalhar conjuntamente e promover a colaboração entre as comunidades acadêmica, científica e tecnológica, em particular nos países em desenvolvimento, com vistas a reduzir a lacuna tecnológica entre países em desenvolvimento e desenvolvidos e fortalecer a interface ciência-política pública, bem como promover a colaboração internacional em pesquisa sobre desenvolvimento sustentável".<sup>1</sup> Dessa forma, é evidente a relevância que a ciência já adquiriu junto à comunidade política e à opinião pública internacional.

Contudo, com a mesma força que crescem as evidências científicas do aquecimento global e de suas implicações em nossas vidas, cresce também um discurso travestido de científico e carregado de interesses econômicos e políticos, que busca deslegitimar décadas de pesquisas produzidas pelos principais especialistas em clima do mundo. Felizmente, esse discurso tem projetado poucos impactos práticos nos debates políticos internacionais sobre o desenvolvimento sustentável. No entanto, o espaço que os chamados "céticos do aquecimento global" têm conquistado junto à imprensa é preocupante, sobretudo se pensarmos no futuro da opinião pública sobre o tema.

Sendo assim, a ciência – e aqui incluo tanto as ciências que estudam o clima e a natureza de forma geral quanto as ciências humanas, que devem ter papel preponderante no entendimento dos aspectos sociais, políticos e econômicos desse debate – precisa estar pronta para responder a esses desafios em dois frentes: de um lado, àqueles que negam que as mudanças no clima ocorram pela ação do homem e, de outro, àqueles que negam que sejam necessárias mudanças no comportamento humano, uma vez que a natureza seria capaz de se adaptar às mudanças provocadas pela ação humana.



Segundo estudo da Universidade de Oxford, 80% do conteúdo divergente das conclusões do IPCC foi publicado na imprensa britânica e estadunidense.

O Brasil foi considerado o país menos suscetível à influência do "ceticismo climático" na imprensa.

Aprofundar este debate não constitui o objetivo deste artigo, tendo em vista sua complexidade e a necessária cautela com que o tema deve ser tratado. O intuito aqui é apenas chamar atenção para um campo no qual a comunidade científica internacional não pode permitir o avanço de certas visões – sobretudo junto à opinião pública –, uma vez que estas podem implicar sérios retrocessos no debate internacional sobre desenvolvimento sustentável.

Em estreita conexão com o ponto anterior, está a segunda frente em que a ciência deve ter atuação cada vez mais destacada e decisiva: a prevenção em relação aos impactos que as mudanças climáticas têm e continuarão a ter sobre a sociedade e sobre a natureza.

Apenas pesquisas científicas aprofundadas e bem qualificadas poderão nos ajudar a prever os rumos que o clima do planeta tomará: quais regiões sofrerão os maiores impactos? Quais espécies estão mais ameaçadas de extinção em virtude das mudanças no clima? O que devemos esperar da reação da natureza frente à atividade humana? Estas e outras perguntas precisam de respostas urgentes e precisas, pois sem elas não há como nos prepararmos para o futuro que nos espera.

Há, no entanto, uma séria ameaça ao "futuro que queremos" nesse campo, pois o avanço da ciência pode representar uma perigosa faca de dois gumes. A ideia de humanidade sempre foi acompanhada de perto por um antropocentrismo exacerbado justamente por ter sido capaz de dominar a natureza por meio da ciência e da tecnologia. Sob essa lógica, a capacidade humana de adaptação a diferentes condições climáticas por meio dos avanços tecnológicos pode nos levar à conclusão de que uma alteração de 5 ou 6°C na temperatura terrestre não mudará em nada nossas vidas, pois seremos capazes de produzir alimentos e conforto graças às constantes evoluções tecnológicas. Além disso, é comum pensarmos que não fará diferença a extinção de algumas espécies da fauna e da flora mundial ou que a biodiversidade é uma questão secundária, uma vez que a maioria de nós vive em grandes centros urbanos e nem mesmo notaríamos essas alterações.

Tendo isso em vista, é inegável a necessidade de que a ciência seja capaz de demonstrar de forma cada vez mais incisiva a fraqueza de tais argumentos. O ser humano não pode agir como se fosse dono do mundo ou como se nada mais importasse para sua sobrevivência. Precisamos de soluções inovadoras que comprovem a necessidade da biodiversidade para a própria evolução da ciência de forma que possamos aproveitá-la e conservá-la ao mesmo tempo.

Finalmente, a ciência, e mais ainda a tecnologia e a inovação, precisam encontrar soluções para os problemas que já estão sendo causados pelo aquecimento global. De um lado, isso significa a criação e o fortalecimento de medidas já em andamento, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e outros meios de mitigação e adaptação à nova realidade que estão sendo adotados em diversos países do mundo.

---

*a sustentabilidade não pode ocorrer apenas com relação à natureza, mas também com relação à própria sociedade.*

---

A ciência tem ocupado um espaço cada vez mais relevante nessa área, e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) exerce papel central tanto no Brasil quanto perante a ONU. O MCTI está à frente de diversas políticas de análise, adaptação e mitigação das mudanças do clima: o Ministério é a Autoridade Nacional Designada para o MDL, é o principal responsável pela elaboração do Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa e vem trabalhando, desde 2011, pela implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN).

Por último, mas não menos importante, é preciso lembrar que a sustentabilidade não pode ocorrer apenas com relação à natureza, mas também com relação à própria sociedade. Assim, o uso da ciência e da tecnologia na redução de desigualdades regionais e internacionais não pode ficar em segundo plano: o desenvolvimento de novas tecnologias sociais e sua disseminação por toda a sociedade é parte fundamental da luta por um planeta sustentável.

A promessa de construir o futuro que queremos era audaciosa para os tempos que enfrentamos e as frustrações eram inevitáveis. Contudo, não podemos considerar que tudo foi perdido. Alguns pilares desse futuro foram lançados a partir das reflexões estimuladas pela Rio+20 e, sobretudo, da proposta da ONU de engajar seus países membros "na promoção de investimentos em ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável" e de "estreitar a interface entre ciência e política pública".<sup>2</sup>

De um lado, a comunidade científica presente na Conferência mostrou força diante de seus avanços mais recentes e significativos e pode promover um intercâmbio de ideias e experiências em um nível provavelmente inédito na história mundial, contando com uma forte reverberação na política e na sociedade. Por outro lado, o reconhecimento pelos países de todo o mundo de que a ciência, a tecnologia e a inovação devem ocupar o centro do debate sobre o desenvolvimento sustentável mostra que alguns passos foram dados no rumo certo.

É bem verdade que, em muitos casos, ainda é preciso dar demonstrações concretas desse papel a ser desempenhado pela ciência. O Brasil, no entanto, tem dado bons exemplos. Em um mundo em constante transformação, onde o imponderável sempre pode prevalecer, a busca de soluções inovadoras deve ser a regra. É nesta hora que a ciência tem que mostrar a sua cara.

---

❶ Ver: *UN. The Future We Want*, p. 8. Disponível em: <https://rio20.un.org/papersmart>.

❷ Idem, p. 51.



**Leonardo Fontes**

Chefe de gabinete da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

# Balanço da Rio+20: uma perspectiva mobilizatória

Paula Collet

*Neste artigo, a autora realiza um balanço das atividades da ONG 350.org na Rio+20. Embora reconheça a necessidade de muitas mudanças no que diz respeito à participação da sociedade civil e ao desenvolvimento sustentável, a autora considera que a Rio+20 conferiu uma grande responsabilidade aos movimentos sociais nesse processo de transformação.*

A 350.org é uma organização não-governamental (ONG) que surgiu com o objetivo de ajudar organizações, governos, instituições e pessoas a empoderarem-se e fazer da 15ª Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) – realizada em Copenhague – um momento decisivo das negociações climáticas, que nos liderasse para a redução das emissões de carbono até 350 partículas por milhão (ppm) de CO<sub>2</sub> na atmosfera.

Depois de Copenhague, o movimento climático – inclusive a 350.org – passou por um processo de amadurecimento e reflexão sobre como dar continuidade ao objetivo referido acima em outras frentes, para além dos possíveis tratados globais. Nesse processo, algumas coisas ficaram claras: o movimento climático é forte e global, e as ações que conectam pessoas dentro das negociações com as que estão protestando fora, mais os milhares de espectadores que estão em seus países acompanhando as notícias e querendo influenciar seus governos de alguma forma, produzem uma união de forças poderosa e necessária. Além disso, também ficou claro que os motivos que impedem que os países alcancem um acordo não têm origem nas negociações, mas sim nos governos – que muitas vezes não refletem o interesse de suas populações.

Por isso, em 2010, a 350.org criou uma campanha mundial voltada ao empoderamento das pessoas, bem como a estimulá-las a criar as soluções que queriam para o mundo e convocar seus líderes políticos a acompanhá-las. Em 2011, a ONG incentivou sua rede a pressionar os governos para que cuidassem das pessoas e do meio ambiente, em detrimento dos interesses econômicos de uma minoria. Nesse mesmo ano, a 350.org enviou uma grande equipe a Durban (África do Sul) para participar da COP 17 sem grandes mobilizações ou intervenções; a proposta era aproximar os integrantes da equipe global e os parceiros da ONG para que trocassem ideias, apresentassem planos e articulassem novas parcerias.

Durante a COP, a equipe observou que as negociações estavam enfraquecidas e que sua presença naquela Conferência a afastava de seus objetivos. Para uma equipe global que promove mobilizações, treinamentos e campanhas locais (nacionais e regionais), esse quadro exigia novas medidas. Nesse sentido, a 350.org juntou-se com outras organizações e jovens e realizaram uma manifestação semelhante ao “Occupy Wall Street”, à frente do local onde se realizava a plenária da COP. Negociadores de países parceiros, lideranças africanas e todos aqueles que não se sentiam representados pelas decisões da reunião foram convidados para fazerem suas vozes serem ouvidas em um enorme jogral – prática utilizada no movimento “Occupy” e conhecida como “microfone humano” – nos corredores da negociação.

Apesar da importância dessa iniciativa, a 350.org decidiu que não mais deslocaria um grande número de seus integrantes de todo o mundo para as conferências internacionais. Após Durban, a ONG concentrou-se em levar equipes pequenas e regionais para as conferências, dar oportunidade para organizadores locais se destacarem e utilizarem o momento para reforçar as redes e parcerias regionais.

O planejamento das ações da 350.org para a Rio+20 teve início dentro do contexto mencionado acima: uma equipe pequena foi encarregada do desafio de incrementar a

## 350 ppm

É o limite considerado seguro por muitos cientistas para a concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera.

## 390 ppm

Concentração aproximada de CO<sub>2</sub> na atualidade.

rede nacional e regional, empoderar seus organizadores e articular parcerias em torno da campanha global da 350.org, de modo a conectar os diferentes públicos – dentro, fora e longe das negociações – desta organização.

Em toda a preparação para a Rio+20, observou-se uma mistura de sentimentos: a esperança de um processo decisório e ambicioso havia sido minada pela forma de organização do encontro; mas restava, para os diferentes movimentos, a esperança de utilizar a Rio+20 como um grande momento, e não um fim. Além disso, o pessimismo de alguns fazia com que olhassem somente para a Cúpula dos Povos, por considerarem-na uma instância de representação legítima das pessoas; ou ainda os mais pessimistas, que desacreditaram em qualquer processo participativo, transformador e ambicioso ao longo da Rio+20. Havia também os saudosos da Rio-92, que – tendo ou não vivenciado aquela Conferência – sustentavam ter sido aquele o marco de um mundo sustentável, mas que não existia esperança no contexto atual. E, logicamente, havia aqueles dedicados ao processo oficial: frequentando reuniões, lendo e relendo o rascunho do texto da Rio+20 (*Draft Zero*).

Gostando ou não, acreditando ou não, levantando a sua bandeira ou não, a Rio+20 tomou conta do cenário brasileiro, não somente das ONGs e dos movimentos sociais, mas também de prefeitos, governadores, empresas, imprensa e – acredito – foi tema de discussões e conversas de muitas pessoas que não participaram direta ou integralmente da Conferência, mas que, de alguma forma, acompanharam o evento.

Durante 21 dias, a equipe da 350.org participou ativamente desse cenário no Rio de Janeiro. As atividades tiveram início com uma formação de multiplicadores de vários países da América Latina, que durou quatro dias, e foi seguida pela Youth Blast, conferência de jovens que a 350.org ajudou a organizar e que provavelmente foi um dos grandes momentos de troca entre os organizadores e centenas de jovens que estavam ali para ensinar, aprender e promover ações conjuntas. A troca entre os multiplicadores acentuou a convicção de que a mudança está nas pessoas e em seu poder de trocar, doar, aprender e multiplicar.

Estimulados por essa experiência, os participantes dessa conferência colocaram em prática seu poder de mobilização e multiplicação e promoveram, em suas cidades, ações locais de conscientização sobre as mudanças climáticas e a Rio+20. A 350.org, que continuou no Rio, ficou com a missão de disseminar sua campanha pelo fim dos subsídios aos combustíveis fósseis, os quais totalizam aproximadamente um trilhão de dólares por ano em todo o mundo.

Para iniciar a campanha no Rio, a 350.org uniu-se com a Avaaz – rede de campanha global que trabalha para garantir que as visões e valores das pessoas moldem as decisões tomadas no mundo – para estender, na praia de Copacabana, uma nota gigante, representando um trilhão de dólares, com o objetivo de mostrar que a crise financeira resulta das escolhas feitas pelos governos, que beneficiam poucos em detrimento de muitos. Essa ação compôs uma campanha com mais de um milhão de assinaturas, entregues na Cúpula do G-20, no México, além de uma campanha nacional nos Estados Unidos e uma atividade global intensa no Twitter, com mais de 100 mil tweets em 24 horas, e com projeções no interior do centro de Conferência, no Rio de Janeiro (em parceria com a Casa de Cultura Fora do Eixo), assim como pelas ruas de Austrália, Estados Unidos, Índia e Inglaterra. Essa pressão em escala mundial contribuiu para a retomada da discussão sobre o tema não somente no interior da Conferência, mas também em instâncias governamentais e internacionais, com o objetivo de incrementar a pressão para acordos no âmbito do G-20 (grupo que havia se comprometido a trabalhar com o tema em 2009, mas que, até hoje, pouco avançou).

Na mesma linha, a 350.org fez parte da organização e realização dos Diálogos Intergeracionais, evento promovido pelo Instituto Marina Silva (IMAS), em parceria com diversas organizações e pessoas. A tomada, por mais de duas mil pessoas, de uma das arenas da Cúpula dos Povos, constituiu fonte de inspiração para todos ali presentes. Ainda na Cúpula, a 350.org participou de um evento promovido pela Escola de Ativismo, que

discutiu os tipos de ação durante a Rio+20 e os próximos passos necessários para que a frustração atual não se repita em processos futuros.

A 350.org foi convidada a participar, com jovens de todo o mundo, de uma ação de repúdio ao texto intitulado "O futuro que queremos" e ao rumo das negociações. Assim como a esperança uniu os participantes do Encontro Intergeracional, a indignação uniu centenas de jovens e uma canadense de 11 anos, que luta contra os Tar Sands, projeto do governo canadense de extração de petróleo e construção de oleodutos que já está destruindo centenas de comunidades e que deve emitir quatro vezes mais CO<sub>2</sub> na atmosfera do que uma extração convencional de petróleo.

A ação integrada teve início com a mensagem "O futuro que eles compraram" àqueles que passavam pelo Rio Centro, com o intuito de que ficassem despreocupados, pois o nosso futuro já havia sido comprado pelas maiores e mais poluidoras empresas do planeta. Para mostrar que não consideravam o texto final da Conferência representativo e forte o suficiente, todos os participantes rasgaram, juntos, uma cópia do referido documento.

Foi iniciada, então, a assembleia dos povos com os jovens, Bill McKibben e integrantes da ONG Friends of The Earth. A reunião durou quase duas horas e contou com discursos de diferentes pessoas sobre o futuro que queremos e as decisões que estavam sendo tomadas na Rio+20. Ao mesmo tempo, em uma das salas da Conferência, lideranças da sociedade civil entregaram a carta intitulada "A Rio+20 que não queremos", com mais de 50 assinaturas – entre elas, as de Edgar Morin, Marina Silva, Kumi Naidoo e Bill McKibben. Para finalizar o protesto, foi realizada uma marcha em direção à saída da Conferência, entoando "O futuro que queremos não está aqui!".

Assim foi finalizada a jornada da 350.org na Rio+20. Acredito que a organização logrou fazer da Conferência um momento importante, e não um fim. Apesar do sucesso do planejamento e da grande diversidade de ações promovidas, a 350.org sabe que ainda são necessárias muitas mudanças para que, em uma futura conferência, participemos juntos, lado a lado com os negociadores – e não tenhamos que sair dela por falta de representatividade. Acredito também que a Rio+20 conferiu, aos movimentos sociais e às organizações brasileiras, a grande responsabilidade de dar continuidade à busca por um mundo sustentável de forma cada vez mais unida, já que o nosso governo definitivamente não representa a diversidade e as necessidades do nosso povo.



**Paula Collet**  
Diretora da 350.org Brasil.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

# As conexões entre comércio, produção e consumo: uma abordagem a partir da Rio+20

---

Marianne Schaper

*Para que o mundo progrida em direção a uma economia mais sustentável e inclusiva, os países em desenvolvimento devem ter acesso a tecnologias eficientes no uso de recursos, bem como se preparar para mudanças estruturais. Ao mesmo tempo, os países desenvolvidos devem alterar significativamente os níveis atuais de consumo.*

O desafio de realizar a transição para uma economia verde – uma dentre várias avenidas que levam ao progresso em direção ao desenvolvimento sustentável – é enorme. Ele envolve escolhas políticas e éticas, que exigem uma reflexão renovada sobre crescimento econômico, finanças, comércio internacional e investimentos. Acima de tudo, esse desafio requer um foco maior na qualidade e equidade das decisões políticas, bem como uma trajetória que se afaste do consumo de combustíveis fósseis e intensivo em recursos naturais.

O problema central é a natureza do paradigma socioeconômico dominante, a qual está estreitamente associada a impactos ambientais adversos, emissões de carbono crescentes e desigualdade e concentração de renda cada vez maiores. Sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, uma nova abordagem envolveria, portanto, mudanças profundas na composição da demanda global e uma transformação significativa nos padrões de produção e consumo. Também, seria necessária a identificação de novas forças motrizes para atividades econômicas centradas no ser humano, assim como a redução de pobreza e a convergência econômica entre países em desenvolvimento (PEDs) e países desenvolvidos (PDs).

Questões relativas a políticas públicas e posicionamentos em negociações não são guiadas por conclusões de estudos científicos: são ditadas por escolhas políticas. Dessa forma, é possível manter um debate político sobre a definição de economia verde, um novo quadro institucional ou temas setoriais sem tratar de questões verdadeiramente importantes, relacionadas às prioridades globais. Assim, os debates oferecem respostas inadequadas às principais preocupações dos PEDs sobre meio ambiente e equidade. Ademais, parece impossível formular respostas adequadas para a convergência e coerência de políticas públicas sem abordar as características estruturais que subjazem aos padrões atuais de crescimento (insustentável) no mundo.

Um ponto importante – não tão visível para os negociadores – é que as regras de comércio internacional e investimentos determinam não somente a alocação de recursos, mas também os padrões de consumo, os estilos de vida, o impacto ambiental e a especialização produtiva em diferentes países. No processo preparatório para a Rio+20 – e, como reflexo disso, na própria Conferência –, houve pouca discussão a respeito desses temas ou sobre a necessidade de alteração das regras de comércio e investimento, principalmente porque elas, com frequência, restringem a capacidade dos governos de alocar recursos domésticos, podendo até gerar estrangulamentos estruturais que impeçam a transição para uma economia verde nos PEDs.

Na prática, os eventos preparatórios para a Rio+20 envolveram abordagens microscópicas ao texto de negociação e até esforços no sentido de projetar os países emergentes como a principal ameaça ambiental no mundo. A agenda da economia verde também foi apresentada como uma grande oportunidade para negócios e para a criação de empregos, sem que fossem abordadas as barreiras reais à redução das lacunas que separam PDs de PEDs em matéria de renda e tecnologia. É preciso reconhecer, entretanto, que o trabalho dos negociadores estava inserido em um contexto político pouco favorável – caracterizado



por uma crise financeira, problemas na zona do euro e uma recessão econômica, com todas as incertezas envolvidas nesse quadro.

### Os fatores estruturais subjacentes ao crescimento global

Algumas das barreiras mais desafiadoras a uma trajetória que se afaste do padrão atual de crescimento econômico – pautado no uso intensivo de energia e recursos – estão relacionadas a fatores estruturais<sup>1</sup>, os quais são analisados abaixo.

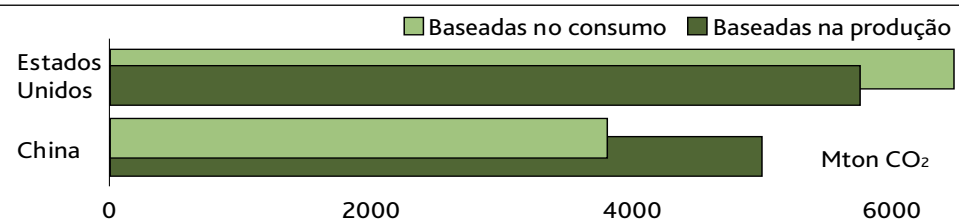
#### 1) Os padrões de crescimento em PDs passaram por uma desmaterialização na produção, mas não no consumo

O crescimento econômico dos PDs tem sido caracterizado por um declínio contínuo da participação das *commodities* primárias e da manufatura no produto interno bruto (PIB), bem como por um aumento na participação dos serviços, do capital humano e das atividades intensivas em tecnologia. Esta tendência – aqui denominada “desmaterialização” – tem sido particularmente forte nas três últimas décadas e implicou uma queda acentuada no uso de recursos na produção.

No entanto, o consumo não seguiu a mesma tendência nos PDs e ainda representa uma parcela significativa e desproporcional do consumo mundial, tendo os Estados Unidos respondido por 32% e os membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) por 78% desse consumo em 2010<sup>2</sup>. A combinação da desmaterialização na produção com o aumento no consumo implica a transferência dos impactos ambientais associados aos produtos consumidos nos PDs para outros países – transferência esta que ocorre por meio do comércio internacional<sup>3</sup>.

De acordo com estudo recente da OCDE, intitulado *Emissões de Dióxido de Carbono associadas ao Comércio Internacional*<sup>4</sup>, o crescimento das emissões de CO<sub>2</sub> baseadas no consumo e ajustadas pelo comércio não diminuiu na mesma proporção das emissões domésticas de CO<sub>2</sub> nos países membros da OCDE (ver Figura 1). Em parte, isso reflete o aumento nas fontes globais de atividades poluentes entre os países não-membros da OCDE. Embora menos da metade do aumento global das emissões de CO<sub>2</sub> durante a segunda metade da década de 90 seja atribuível a emissões diretas dos membros da OCDE, dois terços desse aumento se devem ao consumo nestes países.

**Figura 1**  
Emissões de CO<sub>2</sub> baseadas na produção e no consumo (Estados Unidos e China, 2005)



Fonte: OCDE

Um número significativo de PEDs com mão de obra abundante beneficiou-se do crescimento no mercado dos países da OCDE e passou a fornecer bens industrializados à medida que a produção destes passou por um processo de desmaterialização nos PDs. Como consumidores importantes de *commodities* primárias e fornecedores de baixo custo de produtos industrializados, os PEDs com mão de obra abundante encontravam-se em posição privilegiada para aproveitar a demanda crescente.

No que diz respeito aos PEDs exportadores de recursos naturais, é importante notar que, até recentemente – antes do *boom* no preço das *commodities* –, esses países forneciam matéria-prima a preços baixos. No entanto, na maioria dos casos, a expansão da extração de *commodities*, com fracos serviços em ligação para trás e para frente (*backward and forward linkages*) nos demais setores da economia, foi insuficiente para promover o crescimento econômico sustentável baseado nos princípios de equidade e justiça<sup>5</sup>. Nesse sentido, os PEDs abundantes em mão de obra encontravam-se em uma posição melhor que os PEDs abundantes em recursos naturais no que diz respeito ao acúmulo de receitas diretamente decorrente do aumento na demanda.

84%

Percentual dos artigos científicos oriundos de países desenvolvidos.

800

Número de patentes que o Japão produz por 1 milhão de pessoas. Em contraste, nos países em desenvolvimento, esse número é próximo de zero.

## 2) Os atuais centros de crescimento são intensivos em energia e recursos

Os PEDs emergentes são altamente populosos e situam-se em um estágio inicial de desenvolvimento. Seus processos de produção e consumo ainda são muito intensivos em termos de uso de recursos<sup>6</sup>. Além disso, a elasticidade das emissões de gases-estufa em relação ao crescimento é alta nesses países, isto é, seu crescimento econômico rápido e contínuo implica o aumento nas emissões. Isso significa, sobretudo, que o crescimento econômico global estará ainda mais atrelado às emissões de carbono no futuro, a menos que haja uma massiva transferência e incorporação de tecnologias limpas nos processos globais de produção.

Cabe notar que, atualmente, o crescimento econômico global está mais baseado no uso intensivo de *commodities* (em especial de metais) do que nas décadas anteriores. Após anos de tendência declinante, o uso de *commodities* por unidade do PIB aumentou gradualmente desde o início dos anos 90 e, por volta de 1998, acelerou de forma aguda. Em grande parte, esse quadro resultou do rápido aumento na produção manufatureira chinesa, intensiva em *commodities*<sup>7</sup>.

Ademais, os recursos naturais estão se tornando escassos, o que conduz à inelasticidade da oferta de *commodities* e, por sua vez, ao aumento nos preços. Os países exportadores de recursos naturais encontraram nesse quadro as condições que possibilitaram o seu crescimento. No entanto, tais países também enfrentam o risco crescente do "mal holandês"<sup>8</sup> e de perderem na concorrência com os emergentes que exportam bens industrializados – o que complica sua transição para uma economia verde.

## Novos motores do crescimento econômico sustentável

A natureza do crescimento econômico nas próximas décadas deve ser fundamentalmente diferente do crescimento baseado na utilização massiva de recursos naturais. O novo paradigma de crescimento deve satisfazer as demandas de uma população maior, com padrões de vida mais elevados, ao mesmo tempo em que se adapta às crescentes restrições ambientais.

Para tal, será preciso reconsiderar seriamente a promessa de que a globalização poderia estender o paradigma vigente de desenvolvimento econômico aos PEDs. Este paradigma inclui: (i) aumento *per capita* no poder de compra, resultante do (ii) aumento da produção por trabalhador, alcançada por meio da (iii) acumulação de bens de capital, bem como de (iv) inovações tecnológicas e institucionais, juntamente com (v) o aumento no uso de energia e de insumos, apoiado por (vi) uma cultura consumista, que assegura que os bens produzidos serão comprados. Mudanças radicais no uso de energia e de insumos, bem como na cultura consumista, serão cruciais<sup>9</sup>.

Além do estabelecimento de limitações ao estilo de vida e aos padrões de consumo e da promoção de mudanças tecnológicas massivas na produção, a transição para uma economia verde terá, ainda, que reduzir duas lacunas principais entre PDs e PEDs: aquela referente à tecnologia e aquela ligada à produtividade.

---

*a transição para uma economia verde terá, ainda, que reduzir duas lacunas principais entre PDs e PEDs: aquela referente à tecnologia e aquela ligada à produtividade.*

---

O hiato tecnológico é uma questão sensível. Os países líderes nesse campo que investirem sistematicamente em novas tecnologias continuarão a impulsionar suas economias. Os países que não investirem ou que não dispuserem dos meios ou da capacidade para fazê-lo continuarão a ficar para trás e a tornar-se menos competitivos.

O vácuo tecnológico pode ser ilustrado pelas seguintes informações:

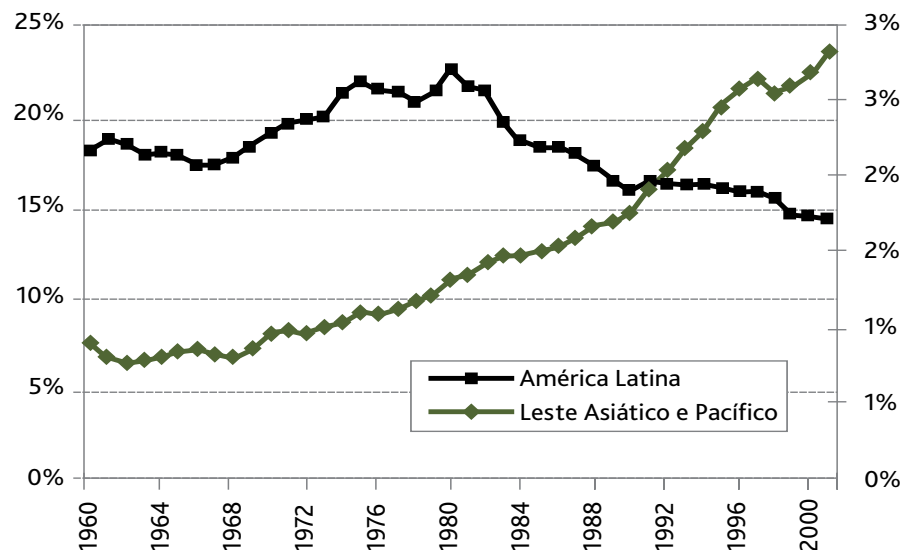
- O Japão gera mais de 800 patentes para cada milhão de pessoas. Este número é próximo de zero na maioria dos PEDs, à exceção dos principais emergentes;
- Aproximadamente 84% dos artigos científicos são produzidos em PDs;
- Em 2010, os Estados Unidos receberam dos PEDs mais de US\$ 30 bilhões em *royalties* e licenças<sup>10</sup>;
- O pagamento de *royalties* e licenças feito pelos PEDs tem aumentado progressivamente. Em 2009, os Estados Unidos representavam 49,7% do total de *royalties* e licenças recebidas no mundo. Países de renda elevada representavam 97,8% do total de *royalties* e licenças recebidas no mundo<sup>11</sup>.

As escolhas tecnológicas dos agentes econômicos são cruciais para alcançar estruturas produtivas que utilizem menos insumos e energia, o que deverá ser feito juntamente com o aumento da produtividade laboral<sup>12</sup>.

A produtividade laboral reflete não somente a eficiência e competitividade da produção, mas também a capacidade da força de trabalho de obter melhores salários e padrão de vida. Desse modo, o aumento na produtividade laboral é um fator crítico para o incremento do crescimento econômico e a redução da pobreza. Os baixos níveis de escolaridade, contudo, estão entre os maiores obstáculos.

É interessante notar que a evolução da produtividade laboral entre os PEDs varia bastante: o PIB por trabalhador na América Latina, comparado ao registrado nos Estados Unidos, aumentou até 1978 e declinou desde então (ver Figura 2). Por outro lado, as economias do leste asiático têm melhorado constantemente sua produtividade laboral relativamente aos Estados Unidos.

**Figura 2**  
Produtividade laboral  
PIB por trabalhador  
(relativo aos Estados  
Unidos)



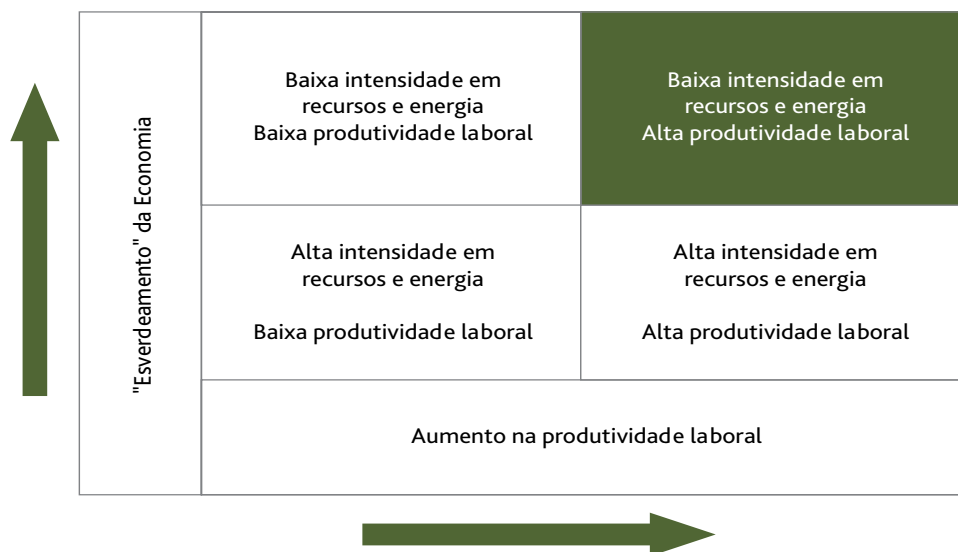
Fonte: World Development Indicators, Banco Mundial

A produtividade laboral teve um importante papel nos diferentes padrões de crescimento e poderia explicar, em parte, por que um número de países altamente populosos e historicamente pobres foram bem sucedidos em seus processos de crescimento e em seu esforço de alcançar os PDs.

O argumento de que é necessário reduzir as lacunas de tecnologia e produtividade a fim de realizar a transição para uma economia verde pode ser ilustrado, em linhas gerais, por uma matriz (ver Figura 3). A combinação ideal envolveria baixa intensidade em energia e insumos, associada à alta produtividade laboral. Um modelo de crescimento baseado na utilização intensiva de energia e insumos e caracterizado pela baixa produtividade laboral (quadrante esquerdo inferior) é indesejável e reflete a situação de muitos PEDs. Ainda,

existem casos caracterizados pela alta produtividade laboral, em que a economia não é sustentável (quadrante direito inferior).

**Figura 3**  
Matriz da Economia Verde



Fonte: Elaborada pela autora

É, portanto, evidente que políticas públicas estratégicas devem orientar o crescimento econômico rumo à economia verde. Questões de justiça na distribuição de renda e no investimento social (educação e saúde), bem como um planejamento de longo prazo para o uso de recursos e energia, precisam ser incluídas no conjunto redefinido de metas das políticas econômicas.

Essa abordagem exige uma mudança sistêmica, e não melhorias incrementais. Envolve não somente orientar o mercado por meio de políticas microeconômicas – tais como internalização de externalidades e correção dos preços – ou tornar certos setores da economia mais verdes; são necessárias grandes mudanças na formulação de políticas econômicas. Na verdade, exemplos de boas práticas para tornar a economia mais verde são importantes, mas insuficientes para dar conta da escala dos problemas de meio ambiente e equidade que o mundo enfrenta hoje. O redirecionamento para uma economia verde e inclusiva não pode ser alcançado sem uma reorientação decisiva de políticas macroeconômicas e padrões de consumo.

Como mencionado acima, as evidências sugerem que modificações estruturais na composição setorial da produção e do comércio domésticos estão orientando reduções nos métodos de produção baseados na utilização intensiva de recursos ambientais nos PDs, sem mudanças concorrentes nos padrões de consumo. Isso pode ser explicado por duas dimensões diferentes do que é tipicamente denominado como terceirização industrial. Primeiramente, um crescente percentual de recursos intermediários é importado, ao invés de domesticamente produzido – o que reduz a demanda da produção doméstica por recursos e energia. Em segundo lugar, a produção de bens de consumo que implicam grandes impactos ambientais está sendo transferida para outros países. Isso conduziu a um aumento da carga ambiental nos PEDs, que passaram a produzir bens para atender a demanda dos PDs.

#### Desafios após a Rio+20

Há uma série de questões que precisa ser abordada:

- Um novo conjunto de atores está rapidamente se tornando condutor da transformação na economia global – notadamente os países emergentes altamente populosos. Como parte dessa mudança, novas configurações institucionais estão se tornando mais

importantes, por exemplo, empresas públicas e fundos soberanos, que exemplificam novos arranjos público-privados nos mercados de capital e na comunidade empresarial.

- Uma combinação única de desafios globais interconectados, incluindo dinâmicas populacionais, mudanças climáticas e a perda dos serviços de ecossistemas em um contexto de desigualdades crescentes, bem como a demanda por uma reformulação profunda no modo com que os sistemas naturais e sociais do nosso planeta são geridos. Isso é particularmente válido se um adicional de dois bilhões de pessoas for incorporado à pressão já exercida sobre as demandas por energia, alimento e água, aumentando a possibilidade de novos conflitos nas próximas décadas.
- A desmaterialização da produção, mas não do consumo nos PDs e o aumento no fornecimento global, pelos PEDs, de produtos altamente poluentes estão no centro do problema global de crescimento. O atual (e insustentável) modelo de crescimento tem nesses elementos seus principais motores. Qualquer proposta relativa à transição para uma economia verde deve contemplar esses aspectos.
- Os PEDs precisam crescer, o que requer transferência massiva de tecnologia e o desenvolvimento de capacidade doméstica para promover rapidamente mudanças tecnológicas e estruturais na produção, eficientes no uso de recursos, bem como satisfazer a demanda por padrões de vida elevados para uma população mundial maior, ao mesmo tempo em que se ajustam às crescentes restrições ambientais. Nesse processo, é patente a necessidade de políticas públicas e de uma maior participação do Estado, visto que mudanças maiores não podem ser alcançadas sem uma reorientação decisiva e estratégica da política econômica, de modo a permitir o avanço das mudanças na escala necessária.

Em suma, para que os países realizem a transição para uma economia mais inclusiva e sustentável, duas áreas devem ser priorizadas: os PEDs devem ter acesso massivo a tecnologias eficientes no uso de recursos e devem passar por mudanças estruturais; os PDs, por sua vez, devem empreender alterações profundas no estilo de vida e nos padrões de consumo caracterizados pela utilização intensiva de recursos.

❶ Ver: López, R. *World Economic Crises in Times of Environmental Scarcity and Wealth Concentration*. Department of Agricultural and Resource Economics, University of Maryland, College Park, 2009.

❷ Disponível em: <http://bit.ly/LvDPrE>

❸ Ver: Ghertner, D. Asher; Fripp, Matthias. Trading away damage: quantifying environmental leakage through consumption-based, life-cycle analysis. In: *Ecological Economics*, 63 (2-3), 2007, pp. 563-577.

❹ Disponível em: <http://bit.ly/Muxu2f>.

❺ Ver: Barbier, E. *Natural Resources and Economic Development*. Cambridge: Cambridge University, 2005.

❻ Por exemplo, de 2000 a 2007, a demanda chinesa respondeu por 20% do aumento nas exportações mundiais em metais, 11% para cobre, 55% para ferro e 58% para soja. Desde o início da crise, a demanda chinesa dobrou, embora a demanda global dessas *commodities* tenha decaído.

❼ Ver: World Bank. *Global Economic Prospects: Commodities at the Crossroads*. Nova York: World Bank, 2009.

❽ O "mal holandês" torna os bens manufaturados e os serviços menos competitivos mediante a valorização da moeda.

❾ Para mais detalhes, ver: Harris, Jonathan M.; Goodwin, Neva R. Reconciling Growth and the Environment, *Working Paper* No. 03-03, Global Development and Environment Institute.

❿ Ver: US Bureau of Economic Analysis. Dados preliminares para 2010.

⓫ Ver: World Development Indicators, World Bank.

⓬ A produtividade laboral é definida como PIB por hora trabalhada.



**Marianne Schaper**  
Economista sênior e consultora.

# Informações úteis

## **PNUMA promove curso sobre energia sustentável**

O centro colaborativo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da Escola de Frankfurt em Mudança do Clima e Energia Sustentável oferece, pela primeira vez, curso sobre financiamento de energias sustentáveis em Nairóbi (Quênia). O curso terá a África como tema especial e ocorrerá entre 21 e 26 de outubro. Para maiores informações, <http://bit.ly/lzE47n>.

## **APEC promove encontro de ministros na área de Meio Ambiente**

Os ministros de recursos naturais e chefes de agências de proteção ambiental subordinadas da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês) debaterão, entre 16 e 18 de julho, temas como preservação de biodiversidade; combate à poluição transfronteiriça; mitigação e adaptação à mudança do clima; e promoção do crescimento verde por meio de bens e serviços ambientais, métodos de conservação avançados e técnicas limpas de manufatura e consumo. Para mais informações, <http://bit.ly/MNKMEt>

## **Mundos no Alcance: da ciência à política**

O Instituto Internacional de Análise de Sistemas Aplicados organiza, entre 27 e 29 de julho, em Viena (Áustria), evento para discutir os desafios colocados pela globalização, reordenamentos no poder político e econômico, desafios ambientais e conflitos sociais. Outro tema central envolve as pesquisas voltadas a responder aos desafios ambientais, sociais, tecnológicos, econômicos e de sustentabilidade. O evento debaterá, ainda, opções para "mundos futuros", que acomodarão as necessidades coletivas das populações globais em conformidade com os limites do planeta. [Acesse aqui](#) mais informações.

## **Bolsas do Programa Cátedra Milton Santos**

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) lançou edital para seleção de bolsistas do Programa Cátedra Milton Santos, em parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Voltada à difusão da cultura brasileira em centros universitários de excelência no exterior, a Cátedra prioriza docentes e pesquisadores das Ciências Sociais (Ciência Política, Sociologia e Antropologia), Letras, Economia, Direito, Arquitetura, História, entre outros. As bolsas serão concedidas por 12 meses, ao longo de 2013 – os candidatos aprovados também terão auxílio instalação e seguro saúde. Os interessados devem enviar a documentação até 10 de setembro. [Acesse aqui](#) mais informações.

## **Prêmio Apex Brasil – Exportar é Inovar**

A quarta edição do Prêmio Apex Brasil está com as inscrições abertas até 17 de agosto. O Prêmio tem como objetivo reconhecer os esforços de empresas brasileiras, entidades representativas do setor produtivo e jornalistas que se destacaram em temas de exportação e atração de investimentos. A cerimônia de premiação ocorrerá em 13 de novembro, em São Paulo. Para mais informações, <http://bit.ly/Pfhct0/>

## **Fórum Público da OMC: "Crise do multilateralismo?"**

O Fórum Público da OMC de 2012, que ocorrerá entre 24 e 26 de setembro, em Genebra (Suíça), reunirá representantes de governos, ONGs, academia e empresariado para debater a questão norteadora do evento: "o multilateralismo está em crise?". Para estimular a discussão internacional sobre os temas propostos, foi criada uma plataforma online de discussão. Para mais informações, <http://bit.ly/GAUrkT>



# Publicações



## **Revelando o debate sobre transferência de tecnologia ICTSD – junho 2012**

O estudo analisa a economia política das negociações sobre transferência de tecnologia desde 1960 para responder a duas questões. A primeira: se os debates atendem às necessidades tecnológicas dos países em desenvolvimento. A segunda pergunta trata do futuro dessas negociações, buscando contribuir para a resolução de conflitos de longa data relativos à transferência de tecnologia. A análise enfatiza as relações com os direitos de propriedade intelectual que, de várias formas, têm ocupado o centro do discurso internacional sobre transferência de tecnologia.

Para acessar o estudo, [clique aqui](#).



## **Briefing Notes sobre Comércio e Meio Ambiente ICTSD, PNUMA e ITC – junho 2012**

A publicação reúne uma série de análises produzidas para informar governos, empresários e organizações não-governamentais envolvidas na Rio+20 sobre questões relacionadas com a transição para uma economia verde. Os seguintes assuntos são tratados: comércio e economia verde, restrições à exportação, agricultura e pesca sustentável, bens e serviços ambientais, padrões sustentáveis para bens de consumo e pegada de carbono de produtos e transporte internacional.

Para acessar a publicação, [clique aqui](#).



## **Avaliação da Ajuda ao Comércio na Prática: lições do Peru ICTSD – junho 2012**

O estudo assinado por Ricardo Paredes avalia a efetividade e o impacto da ajuda ao comércio sobre o desenvolvimento do Peru, utilizando um marco metodológico elaborado pelo ICTSD, em parceria com o South Asia Watch. Com base em indicadores propostos para analisar comércio, economia e meio ambiente, o autor conclui que a efetividade da ajuda ao comércio tem sido alta em termos gerais. O governo incorporou o comércio internacional em sua estratégia de desenvolvimento nacional e os programas de cooperação realizados foram relevantes para tal estratégia. Ainda, os projetos e programas de cooperação internacional em matéria de comércio se beneficiaram de uma política de abertura e integração mundial, que fortaleceu o setor comercial peruano. Este trabalho é parte de uma série de estudos de países realizado pelo ICTSD para complementar o processo de monitoramento coordenado pela OCDE e pela OMC.

Para acessar o estudo, [clique aqui](#).



## **Inovação Aberta para a Sustentabilidade: lições a partir da Experiência do GreenXchange ICTSD – junho 2012**

Este artigo de Roy Ghazale e Robert O'Brien constitui um primeiro esforço de análise dos principais fatores do GreenXchange (GX) e explora lições que podem ser tiradas da experiência vivida até hoje em termos do pensamento sobre inovação, propriedade intelectual e sustentabilidade. O artigo foca particularmente em como o GX exemplifica tanto os usos como as limitações da inovação aberta à sustentabilidade. Isso também sugere uma série de formas para melhorar esforços similares por meio de: i) ampliação da educação e do conhecimento sobre trocas de propriedade intelectual; ii) ampliação de recursos dedicados a essas trocas; e iii) afastamento do foco na troca legal de patentes para aumentar a colaboração entre inovadores.

Para acessar o artigo, [clique aqui](#).

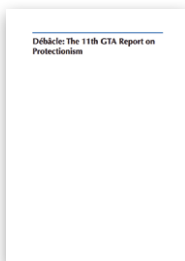


### **Combate aos Subsídios Perversos em Agricultura, Pesca e Energia**

**ICTSD – junho 2012**

Essa nota informativa debruça-se sobre três fatores de relevância particular na perspectiva do desenvolvimento sustentável: agricultura, pesca e energia. Ela revisa a escala e a composição de subsídios concedidos nesses setores, seu impacto relativo e o atual estado das reformas políticas. O documento defende a ideia de que um sistema multilateral baseado em regras pode ser a melhor opção para alavancar uma reforma de escala e impacto globais, ao mesmo tempo em que contribui para a superação de reformas descoordenadas realizadas por governos nacionais em uma economia globalizada.

Para acessar a nota informativa, [clique aqui](#).

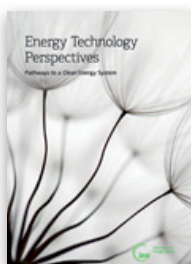


### **11º Relatório sobre Protecionismo**

**Global Trade Alert – junho 2012**

Editado por Simon Evenett, o relatório detalha o aumento no nível do protecionismo desde a primeira Cúpula do G-20, durante a crise de 2008, até o encontro mais recente, realizado em maio de 2012. Os dados mostram, especificamente, que o grupo das 20 maiores economias é responsável pelas medidas protecionistas na era da crise. Também, as figuras indicam que o nível de protecionismo em 2010 e 2011 foi mais alto do que o esperado.

Para acessar o relatório, [clique aqui](#).



### **Perspectivas de Tecnologia Energética 2012**

**AIE – junho 2012**

Nesta publicação, argumenta-se que uma série de novas tecnologias pode ser usada para transformar o sistema energético. Além disso, sustenta-se que as tecnologias existentes têm o potencial de reduzir as emissões de carbono significativamente, reforçar a segurança energética, bem como um potencial de 80% de restringir o aumento da temperatura global a 2º C. O estudo reconhece que a mudança tecnológica não será barata, mas advoga que os benefícios no longo prazo superarão os custos.

Para acessar o estudo, [clique aqui](#).



### **Brasil: fatores de competitividade que afetam o mercado agrícola no Brasil e nos Estados Unidos, na venda para outros países selecionados**

**Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos – abril 2012**

O relatório descreve e analisa fatores de competitividade no Brasil que afetam a venda de produtos agrícolas brasileiros e estadunidenses (incluindo grãos, soja e carne) para países terceiros. O estudo realiza uma revisão das importações, exportações, consumo e produção entre 2006 e 2011; e analisa os programas e as regulações do governo brasileiro relativos à produção agrícola e exportação. Há capítulos especiais sobre soja, grãos, aves, carne suína e bovina, com ênfase em países onde exportações dos Estados Unidos e o Brasil competem diretamente.

Para acessar o estudo, [clique aqui](#).



### **10º Boletim de Economia e Política Internacional**

**IPEA – junho 2012**

Esta é a segunda edição desta publicação da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA), que tem como tema geral o agrupamento dos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Para acessar a íntegra do boletim, [clique aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

## PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol*  
[www.ictsd.org/news/puentes](http://www.ictsd.org/news/puentes)

## BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente  
*Enfoque internacional - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/biores](http://www.ictsd.org/news/biores)

## BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável  
*Enfoque internacional - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/bridges](http://www.ictsd.org/news/bridges)

## 桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque internacional - Publicação em chinês*  
[www.ictsd.org/news/qiao](http://www.ictsd.org/news/qiao)

## МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo*  
[www.ictsd.org/news/bridgesrussian](http://www.ictsd.org/news/bridgesrussian)

## BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque na África - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/bridges-africa](http://www.ictsd.org/news/bridges-africa)

## PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês*  
[www.ictsd.org/news/passerelles](http://www.ictsd.org/news/passerelles)



### International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9  
1219 Geneva, Switzerland  
+41-22-917-8492  
[www.ictsd.org](http://www.ictsd.org)

A produção de PONTES tem sido possível  
graças ao apoio generoso da:

### SDC - Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação

O PONTES também beneficia de  
contribuições de especialistas na área  
de comércio e desenvolvimento sustentável  
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade  
ou de patrocínio que contribuam para a  
redução de seus custos de publicação e que  
ampliarem o acesso aos seus leitores.  
A aceitação de tais propostas fica a critério  
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos  
publicados no PONTES são exclusivamente  
dos autores e não refletem necessariamente  
as opiniões do ICTSD.

Trechos de PONTES podem ser usados em  
outras publicações se forem citados de forma  
apropriada.

Preço: €10.00  
ISSN 1996-919

